Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO CIDADÃ E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE

Laressa Bentes da Silva
laressa-bentes@hotmail.com

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1397-1135

Laís Rodrigues Campos
laisrcufpa@gmail.com

Professora Doutora do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), da Universidade Federal de Goiás (UFG).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0221-9850

RESUMO

O presente trabalho aborda uma proposta didática para desenvolver o ensino de cidade na escola. Tem-se como objeto de estudo o ensino de cidade e a formação cidadã na educação básica, tendo como fundamento a relação entre os conceitos-chave: geografia, cidade, cidadania e direito para a construção do conhecimento acerca da espacialidade contemporânea. Para tanto, buscou-se responder os seguintes questionamentos: Como o ensino de Geografia contribui na formação cidadã e na luta pelo direito à cidade? De que forma o ensino de Geografia urbana e a leitura sobre a cidade podem ser trabalhados em sala de aula? Qual a contribuição do ensino de Geografia para a relação cotidiana dos alunos com o seu espaço vivido? No sentido de responder a essas questões apresentamos como possibilidade, etapas didáticas que possibilitem o aprendizado dos alunos e a formação de uma consciência crítica.

PALAVRAS-CHAVE

Geografia, Cidade, Cidadania.

LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN LA FORMACIÓN CIUDADANA Y LA LUCHA POR EL DERECHO A LA CIUDAD

RESUMEN

El presente trabajo es una propuesta didáctico pedagógica desarollar en lo que se refiere a la enseñanza de ciudad. Se tiene como objeto de estudio la enseñanza de ciudad y la formación ciudadana en la Educación Básica, teniendo como fundamento la relación entre los conceptos clave de la geografía, ciudad, ciudadanía y derecho para la construcción del conocimiento acerca de la espacialidad contemporânea. Para ello Este trabajo busca responder a los siguientes cuestionamientos como: la enseñanza de geografía contribuye en la formación ciudadana y en la Lucha por el Derecho a la ciudad? De qué forma la enseñanza de geografía urbana y la lectura sobre la ciudad viene siendo trabajado en el aula? La contribución de la enseñanza de geografía a la relación cotidiana de los estudiantes como su espacio vivido? La contribución de esa investigación resulta en la propuesta metodológica para la enseñanza de la enseñanza ciudad en la Educación Básica ofreciendo alternativas didácticas que posibilita el aprendizaje de los estudiantes y la formación de una conciencia crítica a la clase a seguir y la geografía como ciencia escolar es de suma importancia para la formación de los estudiantes activos y participante en la sociedad conocida de sus derechos y deberes.

PALABRAS CLAVE

Geografia, Ciudad, Ciudadanía.

Introdução

O ensino de Geografia contribui de forma significativa para a formação do cidadão por meio da construção de conhecimentos que corroboram para análise e compreensão do mundo, sobretudo, para o entendimento da realidade que o cerca. Além disso, a Geografia no espaço escolar pode desperta nos indivíduos o senso crítico e o desenvolvimento de habilidades que os permitem intervir, conscientemente, em seu espaço vivido.

Segundo Cavalcanti (2017, p.24), o ensino de cidade trabalha com as noções das vivências cotidianas e apresenta abordagens teóricas que levam em considerações os diferentes modos de vidas. Por isso, o trabalho do professor deve abordar o conteúdo de cidade a partir do espaço vivido do aluno, a fim de desenvolver habilidades imprescindíveis "ao exercício cotidiano de apropriação dos espaços, o acesso aos espaços públicos, que são práticas fundamentais para o usufruto pleno do direito à vida". (Idem)

Nesse sentindo, a escola assume um papel imprescindível ao discutir temas como a cidade e o urbano, visando promover em suas atividades o confronto de imagens de cidades cotidianas e científicas (CAVALCANTI, 1999, p.42), o que auxilia na aprendizagem do aluno sobre esses espaços.

Cabe ressaltar que abordar essa temática na sala de aula exige o entendimento de outro elemento social importante, a Cidadania, que em linhas gerais, é o exercício do direito a ter direito (VIEIRA, 1999), isto é, desfrutar dos direitos e deveres que é garantido por lei aos cidadãos.

Por isso, a luta pelo direito à cidade está intrinsecamente relacionada aos direitos do cidadão, ao exercício de cidadania, que por meio de manifestações populares, faz reinvindicações na busca de efetivá-los. Haja vista que, esses direitos, como o acesso à educação, alimentação, moradia, previstos na Constituição Federal de 1988, para muitos indivíduos, não são efetivados na prática, o que prejudica a efetivação desses direitos.

De acordo com Harvey (2008) é importante considerar que a luta pela cidade tem que ser de forma coletiva, unindo as forças dos mais oprimidos, dos agentes não hegemônicos, que almejam uma cidade menos desigual, com menos contradições e com igualdade de acessos e direitos entre todos os cidadãos; onde as populações de menor poder aquisitivo possam ter acesso aos equipamentos urbanos necessários para uma vida mais digna.

O trabalho em sala de aula deve estar de acordo com a sociedade vigente, no que tange a evolução do conhecimento, da ciência e da informação. Na atual conjuntura, o ensino deve considerar a realidade dos alunos, bem como suas experiências extraescolares, afim de que a produção do saber faça sentido na vida do aluno. Todavia, a postura de muitos professores ainda é tradicional, baseada em aulas expositivas a partir dos livros didáticos – onde geralmente os conteúdos estão dissociados da realidade dos estudantes – e, também, a partir do ensino de conceitos prontos e fechados, o que não permite o aluno pensar acerca do tema e formar sua própria definição. Nesse sentido, a formação de conceitos é indispensável para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o aluno deverá se colocar como sujeito ativo no processo de construção de seus próprios conceitos, a partir de sua realidade e de suas práticas espaciais.

Dessa maneira, o trabalho do professor de Geografia consiste em educar o aluno para a participação cidadã, estimulando ações dos diferentes sujeitos na sociedade como protagonistas da sua própria vida, exercendo sua autonomia – que segundo Freire (1996)

- é construída e fortalecida no âmbito escolar, por intermédio da formação de valores inerentes à vida.

Abordar essa temática com os alunos da Educação Básica possibilita contribuir na formação social desses sujeitos, no exercício de cidadania, apresentando-lhes e construindo conhecimentos que os ajudem a traçar caminhos possíveis para uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, trata-se de um debate atual na conjuntura brasileira acerca dos mais diversos movimentos populares que tem lutado arduamente pelo direito à cidade, daí a necessidade de se estudar e aprofundar este debate, tendo em vista que a Geografia faz parte desse contexto.

Para tanto, elencou-se os seguintes questionamentos: Como o ensino de Geografia contribui na formação cidadã e na luta pelo direito à cidade? De que forma o ensino de Geografia urbana e a leitura sobre a cidade podem ser trabalhados em sala de aula? Qual a contribuição do ensino de Geografia para a relação cotidiana dos alunos com o seu espaço vivido?

No sentido de respondê-los, temos como objetivo central: analisar o papel do ensino de Geografia na formação cidadã e na luta pelo direito à cidade e de modo mais específico: entender como a geografia urbana e a leitura sobre a cidade vêm sendo trabalhada em sala de aula; compreender de que forma o ensino de Geografia contribui para a relação cotidiana dos alunos com seu espaço vivido e verificar o entendimento de cidade construída pelos alunos a partir da perspectiva de seu espaço vivido. Para isso, seguimos uma abordagem qualitativa com revisão de literatura acerca da temática discutida e elaboração de sequência_didática para o ensino de cidade a partir de nossas vivências profissionais como professoras de Geografia e do lugar que vivenciamos, uma cidade amazônica.

Nesse caso, o texto está organizado, além da introdução e das considerações finais sobre o percurso apresentado, em duas seções: na primeira, apresenta-se o estudo da geografia urbana na realidade escolar, apresentando os conceitos de cidade e de urbano; e na segunda, discute-se os fundamentos teóricos da Geografia urbana e o ensino de Cidade na Educação Básica com proposta didática.

A Geografia urbana na realidade escolar

No que diz respeito ao estudo do espaço urbano, da cidade, redes urbanas, aglomerados urbanos, regiões metropolitanas e outros enfoques desse campo temático da

Geografia, eles aparecem nas produções científicas de inúmeros pesquisadores e também estão representados nos livros didáticos.

A cidade é produto histórico-geográfico, fruto das ações humanas, lócus da (re) produção social, portanto, são obras da civilização. Nas palavras de (SOUZA, 2011, p.24) "a cidade é um objeto muito complexo e, por isso mesmo, muito difícil de definir". Mas, defendemos que as cidades são produto, condição e meio para a reprodução humana, podendo ser vista como o trabalho materializado, acumulado por temporalidades distintas, a partir das relações sociedade e natureza.

Souza (2011) aponta ainda que a cidade é como um centro de gestão do território, onde sedia as empresas, ou seja, é vista sob o ângulo mercadológico, embora esse espaço não se resume à economia, mas no lócus que produz espaço urbano, que desempenha relações de poder, modos de vida, culturas, direitos, dentre outros elementos sociais.

Por outro lado, Carlos (2005) ressalta a diferença entre o urbano e a cidade, pois, o primeiro conceito deve ser pensando enquanto reprodução da vida em todas as escalas, ou seja, articulações entre o local e o global. Já a cidade deve ser pensada enquanto o lugar, que revela o vivido e a vida cotidiana, através dos espaços-tempo da realização da vida. Nesse sentido, a autora destaca que a cidade vem sendo pensada de duas formas: como quadro físico e como meio ambiente urbano. Porém, critica o fato dessas duas formas ignorar o conteúdo da prática socioespacial que dá forma e conteúdo à cidade. Desse modo, é necessário um aprofundamento teórico-metodológico que consiga problematizar esse conteúdo da realidade urbana, ou seja, urge a produção de um conhecimento que contemple as análises do conteúdo da cidade em diferentes vertentes, pois são múltiplas as possibilidades de leitura sobre a cidade.

A produção geográfica evidencia diversos caminhos a ser trilhado pela pesquisa, com o intuito de pensara cidade. Logo, a Geografia, enquanto disciplina escolar pode trazer para o debate em sala de aula as questões urbanas e empreender uma leitura da cidade que dê conta de pensá-la em sua totalidade (SANTOS, 2012), haja vista que o professor pode potencializar em seus alunos uma leitura sobre a realidade urbana vivida, experimentada por eles.

Segundo Cavalcanti (2010) a tarefa de ensinar geografia na escola básica é árdua, em virtude dos desafios e das dificuldades encontradas na escola. Esse cenário revela que os professores estão cada vez mais preocupados em traçar estratégias e caminhos alternativos, que possam propiciar o interesse coletivo dos alunos, de modo a aproximar

"os temas da espacialidade local e global dos temas da espacialidade vivida no cotidiano". (CAVALCANTI, 2010, p.1)

São inúmeros os desafios enfrentados pelo corpo docente no âmbito escolar. Alguns professores frente a isso desempenham uma postura mais conservadora, com o desenvolvimento de aulas monótonas e com exercícios repetitivos, com as aulas centradas no conhecimento e na experiência somente do professor. Em contrapartida, existem também os professores que buscam trabalhar diferentes propostas didáticas.

Conforme Cavalcanti (2010), ao entrar em sala de aula, certamente, os professores criam expectativas sobre seus alunos, com a esperança de que eles estejam motivados, interessados em aprender e a participar das aulas, todavia, é sabido que não é exatamente assim que acontece. A realidade de muitas escolas foge a essa ideia. Nesse sentido, é muito importante que o professor estabeleça relações próximas com os alunos, a fim de facilitar a mediação didática (LIBÂNEO, 2013), buscando mostrar a relevância de tais assuntos para a vida cotidiana dos alunos.

Neste contexto, é importante que o professor além de trabalhar os conceitos que essenciais da Geografia, que possam articulá-los à realidade do espaço vivido dos alunos, ou seja, considerar a história desse sujeito, seus saberes, suas experiências e práticas na sociedade.

> Outro aspecto a considerar é a necessidade de reconhecer as vinculações da espacialidade das crianças, de sua cultura, com o currículo escolar, com os conteúdos das disciplinas, com os conteúdos da Geografia, com o cotidiano da sala de aula e de todo o espaço escolar. Alguns projetos inovam porque partem do pressuposto de que não basta manter as crianças e os jovens dentro dos muros da escola; é necessário que ali eles possam vivenciar seu processo de identificação, individual e em grupos, e que sejam respeitados nesse processo (CAVALCANTI, 2010, p.2).

A cidade deve ser pensada a partir de seu contexto regional, haja vista que as regiões no Brasil e o seus processos de urbanização são muitos distintos, nesse sentido, deve-se levar em consideração a realidade regional em que a cidade está inserida. Nessa perspectiva, o ensino de cidade na escola deve trabalhar com alguns conceitos científicos prévios, entendendo os como algo aberto, em constante transformação, mas também com os conceitos cotidianos dos alunos, de modo a fazer uma confrontação (CAVALCANTI, 2010), para que os sujeitos construam sua própria definição de cidade e entenda algumas questões urbanas (segregação espacial, periferização, exclusão socioespacial) a partir de sua própria realidade.

Este exercício de considerar a experiência extraescolar do aluno e sua leitura de mundo é de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem, pois o aluno passa a perceber que aquilo que o professor está discutindo em sala de aula faz parte do espaço em que esse sujeito vive, isto é, que tem relação com a sua realidade, seja ela qual for. Para que isso ocorra, os professores devem se preocupar em entender a o contexto social em que a escola está inserida e a diversidade de histórias que há dentro da sala de aula.

Trabalhar com o espaço vivido do aluno é uma das possibilidades de construir o conhecimento científico em sala de aula. Contudo, é necessário considerar também não só o olhar sobre o vivido, mas pelo espaço percebido e concebido, uma vez que é preciso aprender a geografia a partir das diferentes escalas. A ideia é partir sempre da escala local, no sentido de mostrar de forma concreta ao aluno o que ocorre em escala nacional, global.

O livro didático é importante instrumento da cultura escolar para a construção do saber, contudo, é interessante que busquem elaborar aulas utilizando também outras ferramentas didáticas, e investir em um ensino pautado na confrontação dos conceitos e temas da Geografia com as experiências geográficas dos alunos, de suas práticas socioespaciais. É necessário desenvolver práticas pedagógicas que ultrapassem os muros da escola, permitindo ao aluno o contato com as questões urbanas, por meio de trabalhos de campo, em que os estudantes exercitem a teoria discutida em sala de aula, ao passo de contribuir para o exercício de uma consciência coletiva de cidadania.

Ao trabalhar a cidade deve-se realizar uma aproximação do ensino com o espaço o qual os alunos estão inseridos, tendo o profissional da disciplina, a partir dos estudos e discussões dos temas geográficos, o dever de instiga-los ao desenvolvimento de sua criticidade do real, levando-os a reflexão de sua participação no processo de produção e configuração desse espaço. Contudo, esse processo precisa acontecer, visto que, ao dialogarmos com colegas docentes de Geografia e a partir de nossas vivências no ambiente escolar percebemos que em vários momentos, que alunos necessitam estarem próximos dos temas. Por isso, os conteúdos e temas propostos pelo estudo da Geografia Urbana assume um papel fundamental para a estimulação dos alunos no ato de refletir.

Tal processo é extremamente necessário, haja vista, que o conhecimento geográfico no ambiente escolar, deve despertar o senso crítico dos alunos quanto ao espaço o qual estão inseridos, levando-os por meio de participação direta ou indireta aos questionamentos nas discussões sobre os aspectos físicos e sociais do espaço geográfico. Os conteúdos sobre Cidade e Urbano têm a finalidade de promover o interesse e

participação dos cidadãos na produção da cidade e do espaço geográfico. E ainda que existam dificuldades de alguns professores em construir esse ensino e sobre quais metodologias utilizar, a mediação é essencial para que a aprendizagem geográfica aconteça.

No ensino de geografia, por sua vez, a concepção de aprendizagem e opção de ensino, quaisquer que sejam, devem ser voltadas a formação plena dos educandos, apresentando métodos adequados e não padronizados. A padronização da metodologia de ensino congela a multiplicidade de situações na relação professor/aluno, pode desencadear na anulação da participação dos alunos e de sua criatividade nos assuntos debatidos em sala de aula. Portanto, para além das metodologias de ensino, o professor necessita de uma didática adequada, pois o professor como mediador de conhecimento, deve aportar de uma metodologia de ensino e táticas de ensino que se encaixem a realidade dos alunos.

O ensino de cidade na Educação Básica

O ensino da cidade atualmente constituiu-se em algo um tanto banal, visto que a compreensão de cidade é reduzida a aspectos absolutos, como se todos os espaços urbanos fossem iguais. O entendimento de cidade é reduzido a uma regra, isto é, suas características são repassadas como regras, o que dificulta a concepção de cidades como distintas uma das outras. "Frequentemente encontramos o contraponto do urbano e rural em imagens que configuram prédios grandes e adensados e vaquinhas pastando diante de uma cerquinha branca" (NOGUEIRA; CARVALHO, 2009, p. 2). Diante do excerto exposto, notamos como a imagem do urbano e do rural são reduzidas a características absolutas, o que dificulta o ato de ensinar em plena complexidade. Os livros didáticos, por exemplo, caracterizam a cidade como modelos únicos, que todas as cidades apresentam matérias em comum.

É imperioso ressaltar que o ensino da cidade se tornou algo superficial. A cidade é apenas um modelo padrão de habitação, construída por um processo de urbanização. O conceito de cidade se transformou em mais um alvo de memorização, se distanciando do seu real objetivo que é colocar o aluno diante de sua realidade urbana, para contribuir com sua formação cidadã a partir de um processo de aprendizagem crítico-reflexivo em geografia (CAVALCANTI, 2010).

Nesse ínterim, lembra-se da Geografia, como uma área do conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível aos educandos, explicável e possível de transformações. Esta ciência busca um ensino para a conquista da cidadania, suas temáticas na atualidade encontram-se permeadas por essa preocupação.

Nessa perspectiva, os conteúdos assumem o peso e a responsabilidade de trabalhar os meios pelos quais os educandos do ensino fundamental recebam a informação e construam sua formação, uma vez que o estudo da geografia proporciona aos educandos a possibilidade de compreender sua posição no conjunto de interações entre sociedade e natureza[1] (BRASIL, 1998).

Por outro lado, a compreensão da cidade a partir do socioespacial, faz com que o aluno entenda que a cidade é constituída de histórias, sua construção se deu e se dá em contextos históricos distintos e que cada cidade possui sua história e sua formação distinta. Nesse sentido,

> O conceito de formação socioespacial é uma categoria analítica que amplia a compreensão do fato de que o espaço, como território e lugar, guarda uma historicidade intrínseca em todas as suas transformações. Com essa categoria é possível compreender e ensinar aos alunos que qualquer paisagem urbana ou rural guarda em si, na forma como está representada, heranças de um passado mais próximo ou distante (BRASIL, 1998, p. 65).

Infere-se, nesse sentido, que o estudo da cidade como realidade socioespacial na geografia é, portanto, um mecanismo metodológico seguido pelo professor na busca de explicitar a cidade como materialidade repleta de historicidade, e que cada uma, possui uma historicidade de forma peculiar a ela. Isso dá a entender que as cidades são diferentes, porque possuem histórias distintas e sociabilidade diferenciada, assim como seu ritmo de vida. Isto é, os processos de transformações das cidades num contexto espaço-tempo são distintos, por essa razão que as cidades não podem ser reduzidas a realidades absolutas, como destaca (NOGUEIRA; CARVALHO, 2009).

> A compreensão de que as cidades sempre existiram como uma aglomeração humana, ameniza a ideia de que a cidade é necessariamente uma invenção moderna. Ao caracterizar as diferentes funções de cidade ao longo do tempo, é possível permitir que o aluno compreenda o dinamismo histórico que os diferentes tipos de cidade apresentam (NOGUEIRA; CARVALHO, 2009, p. 2).

Esses autores atentam para a ideia de cidade como invenção moderna, o que explica a imagem caricata de cidade ilustrada nos livros didáticos. A leitura da cidade

[1] Outro aspecto da geografia foi buscar recuperar conteúdos fundamentais, tratando-os como conceito-base para a proposição dos eixos temáticos, apesar disso, procurou-se valorizar conteúdos procedimentais e atitudinais (BRASIL, 1998).

como invenção moderna nos dá a entender que cidade só pode ser entendida como cidade se esta apresentar características modernas, como grandes prédios, grandes avenidas e rodovias, shopping centers, cinema e etc.

Explicam ainda, que é interessante promover o encontro dos alunos com as imagens das cidades medievais, para que estes notem que cidade não quer dizer necessariamente grandes prédios, edifícios, quer dizer que cidade não se restringe a estes carácteres, que estas possuem paisagens diferentes como também funções, a partir dos diferentes usos que as distintas sociedades fazem delas, assim,

> Um exercício interessante é a análise de imagens das cidades medievais com questões como: porque as casas são tão próximas, porque as ruas estreitas, qual a função dos muros altos, etc. Durante a análise, os alunos podem perceber que a organização do espaço e a configuração das cidades está relacionada com o uso que a sociedade faz dela. Por essa razão as cidades mudaram a sua estrutura e organização ao longo do tempo, explicando também porque as cidades são diferentes (NOGUEIRA; CARVALHO, 2009, p. 3).

As cidades são pontos de encontro entre relações sociais novas e antigas. Daí o entendimento de cidade como ponto geográfico de funções distintas, que não podem ser desprezadas pela superficialidade do processo ensino-aprendizagem atualmente em relação à cidade.

> Pode-se pensar e explicar para os alunos que nas cidades ainda se reproduzem relações de trabalho e de mercado em que o novo e o antigo interagem. As feiras públicas, heranças do passado, convivem com os elegantes e abarrotados hipermercados. Formas artesanais de produção em fábricas domésticas, lembrando o período medieval, coexistem nas cidades com poderosas e automatizadas indústrias modernas (BRASIL, 1998, p. 66).

Para tanto, tão necessário se faz o estudo da cidade a partir da noção de socioespacial, isto é,

> A formação socioespacial como conceito e categoria analítica não exclui a de espaço geográfico, ao contrário, amplia e favorece sua operacionalização. É a História que se coloca junto à Geografia para ajudar o aluno a explicar, compreender e construir suas ideias sobre a dinâmica das transformações desse espaço que é impregnado de diferentes temporalidades (BRASIL, 1998, p. 67).

As cidades como matérias em constante transformação, não podem ser discutidas em sala de aula como realidades únicas, modelos padrões, que acabam afastando o aluno de sua realidade urbana. A cidade, enquanto resultado de um processo socioespacial, se transforma constantemente em diferentes contextos temporais, por essa razão ela apresenta paisagens e funções diferenciadas. As funções entre cidades só

podem ser iguais, se estas tiverem a mesma função na sociedade, caso contrário, as cidades serão distintas em estruturas e funções em diferentes regiões do planeta.

> As cidades podem ser iguais em diferentes lugares do mundo desde que elas tenham a mesma função na sociedade, mas é possível encontrar regiões com diversos tipos de cidade que se relacionam e complementam (NOGUEIRA; CARVALHO, 2009, p. 3).

Nesse contexto, surgem os desafios de se trabalhar a cidade em sala de aula, visto que a cidade que é apresentada na sala de aula, no currículo nacional e nos livros didáticos é bem diferente da cidade percepcionada por cada estudante (ESTEVES, 2006), visto que as cidades se apresentam como diferentes entre si (NOGUEIRA; CARVALHO, 2009). Assim, o atual dilema da geografia é, portanto, o de não se transformar em uma disciplina de memorização e localização de fatos geográficos sem relação aparente entre si, ela tem que se distanciar da leitura da cidade como realidade absoluta, tem que valorizar o real-concreto,

> A geografia escolar não seja apenas uma disciplina de memorização e localização de fatos geográficos sem relação aparente entre si. A análise do real é o ponto de partida para que o estudante de geografia possa compreender fenômenos mais distantes e complexos, no sentido de desenvolver capacidade de análise crítica dos mesmos [...] (ESTEVES, 2006, p. 207).

A valorização do real nos permite entender que, a cada realidade geográfica, existe um tipo de cidade, e que isto retardaria o contraponto de se interpretar o urbano como salientou (NOGUEIRA; CARVALHO, 2009). Isto é, a criação e propagação de imagens caricatas de cidades dentro de sala de aula, fomentada significativamente pelos livros didáticos.

Cavalcanti (2002) argumenta a importância de se estudar temática da cidade nos conteúdos de Geografia, por dois motivos: um por se tratar de uma espacialidade específica com suas multiplicidades de aspectos e características próprias, como desenvolvimento de habilidades, valores e condutas para a vida cotidiana, contribuindo neste sentido para a formação da cidadania. Contudo, os objetivos e a conceituação sobre o que deve ser abordado nessa construção sobre cidade é nítida. Porém, apesar da clareza e avanços, ainda existem lacunas nesse ensino, surgindo assim, questionamentos sobre o porquê desses desafios no ensino da geografia urbana ainda persistirem? Quais conteúdos são abordados na Geografia escolar? A discussão da geografia urbana vem sendo incorporados nos trabalhos em salas de aula do ensino fundamental? A abordagem

do urbano está associada ao contexto social vivido por docentes e estudantes do ensino fundamental na rede pública.

Nesse diapasão, a importância do ensino de Geografia na formação cidadã está fundamentada no entendimento de que é preciso conhecer a essência da cidade, dos seus fenômenos, para que o aluno possa construir suas análises sobre a sociedade atual, levando em consideração as desigualdades sociais presentes no espaço urbano, as formas de apropriação desiguais dos equipamentos urbanos. Nessa perspectiva, a educação deve oferecer meios de superação dessa realidade, uma vez que

> A educação deveria prover todas as pessoas com os meios adequados para que sejam capazes de absorver e criticar a informação, recusando os seus vieses, reclamando contra sua fragmentação, exigindo que o noticiário de cada dia não interrompa a sequência dos eventos, de modo que o filme do mundo esteja ao alcance de todos os homens. O morador cidadão, e não o proprietário-consumidor veria a cidade como um todo, pedindo que a façam evoluir segundo um plano global, e uma lista correspondente de prioridades, em vez de se tornar o egoísta local, defensor de interesses de bairro ou de rua, mais condizentes com o direito fetichista da propriedade que com a dignidade de viver. O eleitor teria sua individualidade liberada, para reclamar que, primeiro, o reconheçam como cidadão (SANTOS, 2014, p. 157).

Para Santos (2014, p.64), o espaço em que vivemos é um espaço empobrecido, sem cidadão, em virtude da privação do direito ao entorno, à cidade, porque na contemporaneidade, tudo pode ser privatizado, como "o direito aos espaços públicos [...] foram impunemente privatizados", logo para o autor, uma parcela significativa da população brasileira não exerce a cidadania formal. Nessa perspectiva, embora o Brasil seja considerado uma sociedade democrática de direito, o exercício pleno dos direitos e deveres do cidadão, incluindo sua participação nas esferas política, civil e social, não tem se efetivado, ainda, na prática.

Segundo Cavalcanti e Souza (2014), existem diferentes modos de abordar a cidade e o espaço urbano na escola, a partir da construção de conceitos geográficos elementares, como espaço, lugar, paisagem e cidade, de modo a aprofundar estudos que permitam fazer uma leitura geográfica de cidade, considerando-a, conforme Carlos (2005), produto da ação humana. Nesse viés, os autores supracitados, argumentam que é necessário construir um projeto de cidade que garanta o seu uso pela população, permitindo efetivar o direito à cidade (LEFEBVRE, 1991). Dessa forma, é indispensável desenvolver uma Geografia escolar que fomente esse projeto, criando possibilidades para torna-lo real.

> A articulação entre cidade, espaço público, cidadania e cultura torna-se relevante para nortear o ensino, com os seguintes entendimentos: - cidade

> como lugar de culturas; - cidadania como o exercício de direito a ter direitos, que cria direitos no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública; - espaço público, como elemento para a prática da gestão urbana e democrática e participativa, que favorece o exercício da cidadania (CAVALCANTI; SOUZA, 2014, p.4).

Entende-se que a cidadania não se restringe ao plano político, isto é, de exercer o seu direito e dever de votar, uma vez que a presente discussão está vinculada à participação coletiva em sociedade, no que diz respeito às reinvindicações de melhores condições de vida, do respeito à diversidade e à dignidade da pessoa humana, do direito ao uso dos espaços públicos e da inclusão social. Portanto, a cidadania consiste no "direito a ter direitos, aquela que cria direitos, no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública" (CAVALCANTI, 2001, p.20).

Conforme Santos (2014), para se tornar cidadão pleno o indivíduo precisa fazer jus às múltiplas dimensões de cidadania, tais como: civil, política, socioeconômica, cívica, do consumo, do pertencimento e, por fim, a dimensão espacial. Nessa perspectiva, a escola tem o papel fundamental de formações de valores, uma vez que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a educação tem por finalidade garantir o desenvolvimento pleno do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

Diante do exposto, apresenta-se uma proposta metodológica voltada para o ensino de cidade na educação básica, buscando alternativas para compreensão dos fenômenos urbanos e o entendimento do que é a cidade para além do que é estudando nos livros didáticos, uma vez que as cidades são laboratórios riquíssimos de conhecimento e, portanto, têm um enorme potencial educativo em estado inercial que necessita ser ativado.

Salienta-se que no momento atual, a educação precisa ultrapassar os muros físicos da escola, pois o processo ensino-aprendizagem pode ocorrer em outros espaços educativos; é necessário, portanto, desconstruir a ideia de que o lugar de estudar é somente na escola tradicional, dentro de uma sala de aula, sentando, sistematicamente, em carteiras, copiando o que o professor escreveu no quadro. Neste aspecto, deve-se atentar para o fato de que a aprendizagem se expande à medida que o aluno compreende sua realidade também na sala de aula, não ficando preso ao que está posto nos livros didáticos. É preciso, portanto, avançar metodologicamente.

> Hoje mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitos a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e

> ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os fatores deseducativos (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 1990, S/N).

Segundo Bonafé (2015), é preciso que a escola avance para além de uma conexão com espaços tradicionais e institucionais, como museus e centros culturais: é imprescindível que o saber seja construído em espaços públicos comuns, de maneira a explorar seus potenciais educativos.

> O educador tem que sair da compreensão restrita do currículo e da fragmentação das disciplinas clássicas, para abrir projetos de investigação, de descoberta, do olhar interdisciplinar. Enquanto falarmos de matemática e língua portuguesa de maneira separada, não se chegará a nada. A cidade já integra todas essas dimensões (BONAFÉ, 2015).

É nesse sentido em que se concebem as cidades educadoras, como espaços que englobam os múltiplos conhecimentos, sendo apenas necessária, a investigação parte do professor e do aluno, para entendê-las e transforma-las. Esses espaços são visto como forma de reduzir as desigualdades sociais e aprofundar a democracia, visto que uma cidade educadora abrange a construção de mecanismos de participação em diversos âmbitos. Para ser democrática, essa cidade precisa ser inclusiva ao passo de garantir o direito à cidade e, consequentemente, o avanço social.

A cidade, segundo Bonafé (2017) deve ser um espaço de experiência e criação de identidade, considerando o currículo da cidade como a capacidade de aprender a ler o que se passa e o que acontece na cidade, haja vista que para transformar a cidade é preciso conhecê-la, fazer uma leitura crítica, visto que a própria cidade é um texto, porém um texto construído pelo capitalismo. Assim o autor argumenta que deve-se desenvolver uma consciência crítica articulado com movimento sociais para conquistar outro modelo de cidade.

Diante do exposto, considera-se essencial o estudo de cidade a partir da ocupação de espaços públicos, em contato direto com a realidade, levando em consideração o olhar sistemático sobre a paisagem, e os conhecimentos previamente construídos em sala de aula.

A princípio, é interessante que o professor inicie as discussões em sala de aula a respeito da temática cidade, juntamente com seus alunos, partindo do contexto local, onde a escola está inserida, fazendo alguns apontamentos teóricos, e instigando os alunos a respeito da definição de cidade para cada um. Nesse momento, é importante

apresentar os principais problemas urbanos, e isso poderá ser feito a partir da concepção dos alunos, de modo a inseri-los na discussão.

Posteriormente a isso, aulas de campo são imprescindíveis para conhecer a cidade através de um roteiro pedagógico baseado em conhecer a cidade, aprender na cidade e com a cidade, considerando os seus aspectos como o próprio currículo. Assim, o professor deverá escolher alguns espaços públicos da cidade para explorar alguns aspectos concernentes a essa temática. Isso possibilitará que o aluno conheça a cidade a partir de suas próprias experiências, buscando construir o seu próprio conceito de cidade.

Nesse sentido, a mediação didática (quadro 01) serve como processo essencial para o estudo da cidade, haja vista, que "o trabalho docente, nessa temática, consiste em fazer a mediação dos alunos com os conteúdos geográficos referentes, buscando propiciar encontros/confrontos da vida imediata e cotidiana dos alunos com elementos mais amplos da realidade" (CAVALCANTI, p.24, 2017).

Como exemplo para estruturar esse percurso didático, utilizamos o espaço urbano da cidade de Santo Antônio do Tauá, localizada no região nordeste do estado do Pará. Segundo dados do último censo do IBGE (2010) sua extensão territorial é de 537,6 km^2, com população de 26, 674 habitantes e densidade demográfica de 49,6 habitantes por km^2·. Destacamos que, suas zonas urbanas são: a sede municipal, área da Vila Espírito Santo do Tauá e Vila de São Raimundo Borralhos.

Escolhemos esse espaço por ser o local de nascimento e vivência de uma das professoras que escreve esse trabalho. Logo, seu cotidiano e suas ações fazem parte dessa cidade entendida como forma e processo a partir da dinâmica de diversos agentes urbanos.

Para efeito dessa temática na prática escolar geográfica, organizamos uma caderneta de aula campo para realização da mediação didática. O que possibilita o olhar sobre as experiências adquiridas e o conhecimento construído. Nesse aspecto, o professor poderá trabalhar com seus alunos as etapas de problematização, sistematização e síntese a partir das temáticas sobre o ensino de cidade, como: relação campo-cidade, expansão urbana, conurbação, solo urbano, política urbana, desigualdade social, mobilidade, ambiente urbano, dentre outros.

Quadro 01- Mediação didática para o ensino de Cidade

Mediação didática		
Problematizar	**Sistematizar**	**Síntese**
Percurso didático para o ensino de cidade		
Foto 01: Praça Matriz de Santo Antônio do Tauá	Foto 02: Feira livre da agricultura familiar em Santo Antônio do Tauá	Foto 03: Rua Senador Lemos em Santo Antônio do Tauá
		
Fonte: arquivo pessoal	Fonte: arquivo pessoal	Fonte: arquivo pessoal
(a) Identificar os grupos sociais, problemas cotidianos e ações	(**b**) Discutir a cidade enquanto espaço público, abordar o solo urbano, questões de cidadania	**(c)** Narrando e cartografando lugares, espacialidades urbanas
Identificando práticas espaciais dos grupos urbanos	**Sistematizando conceitos para abordar temas na aula de Geografia**	**Produção de narrativas e cartografias geográficas**

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (2014).

Durante a discussão e sistematização dos temas abordados na aula o professor poderá solicitar aos seus alunos apresentação de seminários na escola, abordando a vivência de cada aluno com a cidade, mostrando as imagens capturadas, as entrevistas realizadas, e por fim dizer o que vem a ser a cidade para eles, partindo de seu contexto

local, levantando o debate sobre cidadania e o direito à cidade. Após essas etapas de ensino é importante que os alunos narrem e cartografem a paisagem dos espaços públicos escolhidos e, posteriormente, fazer comparações a fim de encontrar similaridades e especificidades das diferentes paisagens que compõem a cidade, os consumidores desses espaços públicos, no que tange a percepção de cada um, com perguntas sobre os pontos positivos e negativos do espaço em questão.

Considerações finais

Reforçamos a importância do ensino de cidade para a formação cidadã e a luta pelo direito à cidade. A Geografia enquanto disciplina escolar é de suma importância para a formação de alunos ativos e participantes na sociedade, conhecedor de seus direitos e deveres. Para tanto, a temática cidade deve ser trabalhada de forma sistemática e renovada, em que permita aos alunos construírem suas próprias definições do que é a cidade e seus diferentes aspectos, a partir da sua vivência e experiência com o espaço urbano que os cercam.

O ensino de Geografia trabalha diretamente com os temas relacionados ao espaço urbano, evidenciando suas contradições, sua organização e sua fragmentação. Neste sentido, as aulas de Geografia possibilita uma melhor compreensão dos alunos sobre a vida urbana e suas práticas enquanto cidadão, a partir das experiências vivenciadas por cada aluno que aprende a reconhecer os problemas urbanos de sua cidade e, por meio de uma conscientização crítica, este passa a lutar por uma cidade mais justa e democrática, em que os espaços da cidade possam ser usufruídos por diferentes agentes sociais, desde os moradores da periferia aos residentes de condomínios planejados. O importante é despertar no aluno o entendimento de que a cidade é um produto social, fruto das relações sociais em um determinado tempo histórico, e que por isso esse espaço não pertence a uma classe social, e sim à sociedade como um todo, sendo, portanto, direito de todos usufruí-la.

Acreditamos que a proposta metodológica de ensinar a cidade a partir da ocupação dos espaços públicos é interessante e eficaz, visto que coloca o estudante frente ao objeto de estudo, possibilitando confronto entre a teoria e a prática. Neste contexto, a experiência educacional é ampliada, aberta ao novo, pois o estudante que vivencia o espaço poderá transformá-lo em conteúdo, e o seu aprendizado poderá ser aplicado no mundo. Assim, colocar o espaço urbano no centro do processo de

aprendizagem é fundamental para a construção de saberes e conhecimentos que norteiam o exercício da cidadania e o uso consciente desse espaço coletivo

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. Brasília, 1998.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BONAFÉ, J. M. **Jaume Bonafé**: cidades não pode ignorar uma escola que se entende como espaço de aprendizagem permanente. 2017. Disponível em: https://cidadeseducadoras.org.br/reportagens/jaume-bonafe-cidade-nunca-ira-ignorar-uma-escola-que-se-entenda-como-espaço-de-aprendizagem-permanente/

_____. **Cidades educadoras**: o espaço urbano no centro da aprendizagem. 2015. Disponível em: https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/29/cidades-educadoras-o-espaço-urbano-no-centro-da-aprendizagem/

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 1990.

CARLOS, A. F. A. O direito à cidade e a construção da Metageografia. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 2, p.221-247, 2005.

CAVALCANTI, L.; SOUZA, V. C. A formação do professor de Geografia para atuar na educação cidadã. **Anais** do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 5-10 de maio de 2014.

CAVALCANTI, L. S. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar. **Revista GEOUSP**, N 5°, p.41-55, 1999.

_____. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. **Anais** do I Seminário Nacional Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.

_____. O estudo de cidade e a formação do professor de geografia: contribuições para desenvolvimento teórico-conceitual sobre cidade e vida urbana. **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 2, p.19-35, ago/2017,

_____. **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

ESTEVES, M.H. Ensinar a "cidade" no ensino básico. **Finisterra**, XLI, 81, p 205-213, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Revista PUCSP, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

LIBÂNEO, J. C. **Ensinar e Aprender/Aprender E Ensinar**: O Lugar da Teoria e da Prática Em Didática. Goiânia, 2013.

NOGUEIRA, R. C.; CARVALHO, A. B. G. O ensino de geografia urbana. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Recebido em 12 de janeiro de 2021.

Aceito para publicação em 08 de outubro de 2021.